

# O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE SALAS DE VIODEOMONITORAMENTO NO BRASIL

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo reconstruir analiticamente o processo de implementação de salas de videomonitoramento (CCTV) no contexto brasileiro recente, no bojo da realização de megaeventos (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016). Especificamente, busca-se mapear quais dimensões convergem para a legitimação desses sistemas de vigilância, por meio do mapeamento de atores, instituições e dispositivos legais envolvidos no processo de implementação e de operacionalização dos Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) no país. Metodologicamente, foi (a) pesquisada e organizada sistematicamente a legislação que regula o tema no Brasil; em seguida, foram (b) realizadas entrevistas com autoridades políticas e policiais envolvidas na adoção das políticas nacionais de videomonitoramento; por fim, realizaram-se (c) observações no Centro Integrado de Comando e Controle da cidade de Canoas/RS, para verificação do modo como são operacionalizadas as propostas legais em âmbito municipal. Em nível teórico, o trabalho dialoga com as obras de Foucault e Agamben, a partir dos conceitos de práticas discursivas e biopolítica. Como resultado, aduz-se que, ao menos, seis dimensões convergem para a legitimação das propostas de implementação dos CICC: uma internacional; uma econômica; uma material; uma jurídica; uma discursiva; uma espacial. Dentre tais dimensões, os atores entrevistados salientam a construção do discurso do “medo” da cidade como fator decisivo para implementação de sistemas de videomonitoramento, embora não haja, no Brasil, qualquer estudo que indique a eficiência desses sistemas para a redução de taxas de criminalidade. Apesar de a ideia de “segurança” constituir o elemento discursivo que legitima a adoção dessas práticas, a operacionalização dos CICC não se atém à área da segurança pública, atuando como dispositivo biopolítico na gestão de uma ampla gama de elementos do espaço urbano.

**Palavras-chave:** vigilância, videomonitoramento, centros integrados de comando e controle, processo de implementação.

## El proceso de implementación de salas de videovigilancia en Brasil

**Resumen:** El presente trabajo tiene como objetivo reconstruir analíticamente el proceso de implementación de salas de videovigilancia (CCTV) en el contexto brasileño reciente, de realización de megaeventos (Copa del Mundo 2014 y Juegos Olímpicos 2016). Específicamente, se busca mapear cuales son las dimensiones que convergen a la legitimidad de estos sistemas de vigilancia, por medio del mapeo de actores, instituciones y dispositivos legales envueltos en el proceso de implementación y de operación de los Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) en el país. Metodológicamente, ha sido (a) investigada y organizada de forma sistemática la legislación que regula el tema en el Brasil; en la secuencia, fueran (b) realizadas entrevistas con autoridades políticas y policiales envueltas en la adopción de la videovigilancia; por fin, se realizaron (c) observaciones en el Centro Integrado de Comando e Controle en la ciudad de Canoas/RS, para comprobar la forma que se tornan operativas las propuestas legales a nivel municipal. A nivel teórico, el trabajo dialoga con las obras de Foucault y Agamben, a partir de los conceptos de prácticas discursivas y biopolítica. Como resultado, se aduce que, por lo menos, seis dimensiones convergen para la legitimación de las propuestas de implementación de los CICC: una internacional; una económica; una material; una jurídica; una discursiva; una espacial. Entre estas dimensiones, los actores investigados resaltan la construcción del discurso del "miedo" de la ciudad como un factor decisivo para la implementación de sistemas de videovigilancia, aunque, en Brasil, no haya cualquier estudio que indique la eficiencia de estos sistemas para la reducción de los índices de criminalidad. A pesar de la idea de "seguridad" construir el elemento discursivo que legitima la adopción de estas prácticas, la operación de los CICC no se sostiene a la zona de la seguridad pública, actuando como un dispositivo biopolítico en la gestión de una amplia gama de elementos del espacio urbano.

**Palabras-clave:** videovigilancia, centros integrados de comando e controle, proceso de implementación

## The implementation of video surveillance rooms in Brazil

**Abstract:** This work aims to analytically reconstruct the process of implementation of video surveillance rooms (CCTV) in the recent Brazilian context, related to the realization of mega-events (2014 World Cup and 2016 Olympics). Specifically, it seeks to identify which dimensions converge to the legitimacy of these surveillance systems, through the mapping of actors, institutions and legal mechanisms involved in the process of implementation and operationalization of the Integrated Command and Control Centers (ICCC) in the country. Methodologically, (a) the legislation regulating the issue in Brazil was systematically researched and organized; (b) the author interviewed political and police authorities involved in the adoption of national video surveillance policies; finally, (c) the author researched police practices in the Integrated Command and Control Centre of the city of Canoas/RS, to check how legal proposals are operationalized at the municipal level. At a theoretical level, the work dialogues with the works of Foucault and Agamben, based on the concepts of discursive practices and biopolitics. As a result, the author concludes that at least six dimensions converge to the legitimacy of the implementation of ICCC: an international dimension; an economic dimension; a material dimension; a legal dimension; a discursive dimension; a spatial dimension. Among these dimensions, the interviewed actors emphasize the construction of the discourse of the "fear" of the city as a decisive factor for the implementation of video surveillance systems, although there isn't, in Brazil, any study indicating the efficiency of these systems to reduce crime rates. Despite the idea of "security" as the discursive element that legitimizes the adoption of these practices, the operationalization of the ICCC is not restricted to security, acting as a biopolitical device in managing a wide range of urban space elements.

Keywords: surveillance, CCTVs, implementation.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo produzir uma reflexão acerca da construção da vigilância como objeto de estudos no Brasil, sob uma perspectiva sociológica. Busca-se demonstrar a contemporaneidade do fenômeno da vigilância no contexto brasileiro, ao mesmo tempo em que se propõe o desenvolvimento e a consolidação de uma agenda de estudos sobre o tema.

A justificativa para a realização dessa pesquisa fundamenta-se na constatação de que a vigilância é um fenômeno relevante nas atuais configurações das sociedades ocidentais<sup>1</sup> e constitui objeto de diversos estudos europeus e norte-americanos. Na França, há uma tradição que segue os estudos de Foucault (2002); no Reino Unido, mais recentemente, a intensa proliferação de câmeras de vigilância é estudada desde os trabalhos inaugurais de Clive Norris e Armstrong (1999). Nos Estados Unidos, destaca-se, como ponto de partida, o estudo clássico de James B. Rule (1973).

Ainda assim, verifica-se que a temática não assumiu centralidade nas agendas de pesquisa brasileiras e, mais amplamente, latino-americanas. Em outros termos, a vigilância não assume uma significância relevante no debate teórico latino-americano. Conforme Botello (2012) assevera, estudos sobre Segurança Pública têm se consolidado na América Latina, desde os anos 1990, principalmente para análise de contextos políticos pós-ditaduras militares. As pesquisas da região em Segurança Pública têm, de modo geral, abordado quatro questões centrais: o policiamento e o controle social, em diferentes níveis e escalas; a segurança em processos de rupturas com lógicas tradicionais de convívio; a expansão de novas formas de subjetivação quanto ao tema da violência; a análise das formas como o crime e a insegurança atuam sobre o espaço urbano. Em todas essas linhas de análise, a vigilância é adotada como epifenômeno, como uma dimensão periférica e complementar a ser estudada, e não como o centro da análise (Botello, 2012). Configura-se, portanto, uma lacuna teórica a ser enfrentada.

Para tratar dessa questão, subdivide-se o trabalho em três momentos: primeiramente, busca-se contextualizar a implementação de dispositivos de vigilância (com ênfase empírica sobre o caso dos sistemas de videomonitoramento) no Brasil, principalmente em um período recente; em segundo lugar, apontando-se dimensões que convergem para a consolidação desses dispositivos; em terceiro lugar, a partir de pesquisa exploratória realizada no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) da cidade de Canoas/RS, são analisadas, dentre as dimensões apontadas, aquelas que os atores identificam como os principais fundamentos para a implementação desses dispositivos, bem como é analisada a operacionalização do CICC sobre a gestão do espaço urbano.

Metodologicamente, foi, em um primeiro momento, realizada uma revisão da literatura e da legislação que regula a implementação de CICC's no Brasil. Foram, em seguida, realizadas entrevistas com o ex-comandante geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, com o atual e um antigo Secretário de Segurança Pública da cidade de Canoas/RS e com o atual analista do CICC de Canoas. Ainda, realizaram-se observações no referido CICC.

## A EMERGÊNCIA DA VIGILÂNCIA COMO FENÔMENO BRASILEIRO: DIMENSÕES EM CONVERGÊNCIA

### Eventos disparadores do debate: o ciclo de manifestações de 2013 e os megaeventos no Brasil

Um fenômeno catalisador de uma série de processos sociais recentes no Brasil é ciclo de manifestações de 2013. Esse ciclo trouxe à tona diversas questões sobre as quais há um esforço teórico de análise ainda em desenvolvimento (Maricato et al., 2013; Cattani, org., 2014). A partir dos acontecimentos observados, foram realizados estudos sobre temas como os processos de engajamento e organização dos atores das manifestações (Silva, 2014), a conjuntura socioeconômica que permitiu a eclosão dos protestos (Žižek, 2013), os conflitos violentos ocorridos entre manifestantes e policiais (Tavares dos Santos; Teixeira, 2014) e o papel desempenhado pelas mídias que cobriram os atos (Lima, 2013).

O presente trabalho postula que um dos temas que as manifestações de 2013 colocaram em pauta é o modo como se dá a gestão de conflitos urbanos no país. Nesse sentido, uma das especificidades dos protestos de 2013 reside no fato de que, embora estudos demonstrem que o Estado brasileiro seja caracterizado por adotar uma tradição de práticas militarizadas no espaço urbano, com o uso político da polícia para controle das classes populares (Pinheiro; Izumino y Fernandes, 1991; Wacquant, 2003), aquele período de manifestações realizou-se em condições específicas: os atos de protestos ocorreram, majoritariamente, em espaços urbanos centrais, com o protagonismo de atores não advindos das periferias das cidades brasileiras (Singer, 2013; Tavares dos Santos e Teixeira, 2014) e com a paralela utilização de novas tecnologias de informação por manifestantes (Silva, 2014).

As características supracitadas, em conjunto, criaram um espaço propício à visibilização das ações das polícias em diversas regiões do Brasil. Nesse contexto, é possível destacar o papel de coletivos como, por exemplo, a Mídia Ninja,<sup>2</sup> a qual realizou a cobertura em tempo real de protestos no país, e o uso instrumental de *smartphones* e das redes sociais na disseminação de vídeos, imagens e textos a respeito dos protestos. Assim, diferentemente do que ocorre quando operam na periferia (Manning, 2008; Goldsmith, 2010), as ações policiais tornaram-se amplamente publicizadas.

Ao mesmo tempo, o contexto das manifestações, somado à realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, foi catalisador para a concretização de investimentos em tecnologias policiais. Dentre tais investimentos, podem ser mencionados a utilização de câmeras de vigilância para a identificação de manifestantes, o uso de bancos de dados para acesso ao perfil criminal de ativistas e o desenvolvimento de *softwares* de rastreamento de perfis em redes sociais.<sup>3</sup> Tais tecnologias foram incorporadas aos Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), constituídos por salas de monitoramento de âmbito estadual, instaladas nas capitais de todos

os estados em que foram realizados jogos da Copa do Mundo de 2014, para controle de situações de “risco” durante o evento.

Segundo Kopittke (2015), o impacto dos megaeventos para a gestão do espaço urbano no Brasil data da realização dos Jogos Panamericanos de 2007, na cidade do Rio de Janeiro. Embora neste evento a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) tenha implantado estratégias vinculadas à construção de programas sociais com jovens de comunidades periféricas da cidade, a preparação para os megaeventos seguintes (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016) não seguiu o mesmo modelo. Kopittke (2015) relata que, para estes eventos, criou-se uma Secretaria específica (Decreto n. 7.538, de 1º de agosto de 2011), coordenada por Delegados da Polícia Federal. Após disputas institucionais, a presidenta à época, Dilma, optou que o Ministério da Justiça, o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional formassem um triunvirato para tratar das questões de segurança na Copa do Mundo de 2014. Sobre a gestão da segurança na Copa do Mundo de 2014, afirma, em entrevista, o atual Secretário de Segurança Pública de Canoas/RS: “A proposta do Governo Federal então se reduziu ao Centro de Comando e Controle. A 12 Centros de Comando e Controle”.

Essa dinâmica complexa, em que órgãos estatais de controle dispõem de aparatos tecnológicos para visibilização e armazenamento de dados sobre situações conflituosas (ao mesmo tempo em que tecnologias são apropriadas por atores da sociedade civil, como nas manifestações de 2013), traz à tona o debate sobre os usos de tecnologias para fins de vigilância no Brasil. A tradução desse fenômeno empírico em objeto teórico constitui procedimento necessário para a compreensão do tema.

## **As dimensões para a implementação de dispositivos de vigilância no Brasil**

No percurso analítico entre a detecção de que práticas de vigilância fazem-se presentes no contexto brasileiro e o desenvolvimento de um debate teórico sobre o tema, é necessário que se questione: *como a temática da vigilância tem se inserido enquanto fenômeno relevante no contexto brasileiro?* Com vistas a entender o processo de implementação de dispositivos de vigilância no país, foram mapeadas dimensões que, em convergência, têm atuado para a produção desse fenômeno. Foram detectadas, nesse sentido, ao menos seis dimensões relevantes: uma relacionada ao contexto internacional; uma econômica; uma material; uma jurídica; uma discursiva; e, por fim, uma espacial. Essas dimensões foram isoladas para fins analíticos, embora, na realidade, encontrem-se interligadas e mutuamente implicadas.

A primeira dimensão, muito apontada como relevante pela literatura, é relacionada à conjuntura *internacional*. A grande maioria dos atuais estudos sobre vigilância toma como ponto de inflexão os acontecimentos decorrentes de 11 de setembro de 2001 para uma reconfiguração das políticas internacionais de segurança (Wood, 2009). Isso porque após o episódio do *World Trade Center*, o governo norte-americano passa a adotar uma série de providências contra o

“terrorismo”, como o *Patriot Act*,<sup>4</sup> e legitima discursivamente a “Guerra ao Terror”. A união entre uma concepção específica de segurança e o desenvolvimento tecnológico de instrumentos de controle é denominada por Stephen Graham (2011) “gestão militarizada do espaço urbano”. Trata-se da entrada, na cidade, de lógicas e tecnologias militarizadas na gestão dos conflitos (“guerra irregular, assimétrica ou de baixa intensidade”), de modo que os próprios habitantes do espaço urbano são entendidos como potenciais ameaças à garantia da ordem. Graham (2015) demonstra que diversas tecnologias utilizadas em situações de guerra (como é o caso dos *drones*) passam a colonizar o cotidiano da cidade.

À dimensão internacional soma-se um aspecto de natureza *econômica*. O pós-11 de setembro instaura a possibilidade de desenvolvimento de uma indústria multinacional de vigilância. Ou seja, a vigilância passa a ser um negócio lucrativo. Nesse sentido, a gestão pública do espaço urbano (representada por órgãos estatais de controle social) mescla-se a uma lógica privada, e diversas empresas passam a concorrer pela ocupação do mercado da vigilância. A literatura aponta que o investimento de grandes empresas está diretamente ligado à expansão dos sistemas de vigilância no mundo (Graham, 2011).

A seguir, há uma dimensão denominada *material*, que se traduz na possibilidade de implementação de novas tecnologias em espaços específicos. Trata-se do conjunto de tecnologias (atores não-humanos) que compõe o espaço da cidade. No caso do Brasil, como já citado, a ocorrência de megaeventos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016) é central para o aporte de recursos na implementação de um pacote tecnológico de vigilância. A literatura de megaeventos considera esses pacotes de segurança como uma das principais (senão a principal) “heranças” desses eventos (Gaffney, 2016). No caso do Brasil, a estratégia de segurança adotada para a Copa do Mundo consistiu primordialmente na instalação de Centros Integrados de Comando e Controle em todos os estados que receberam jogos. Esses centros são compostos por salas de controle, interconectadas a um conjunto de câmeras. As câmeras, voltadas para a filmagem do espaço urbano, são controladas por agentes estatais. Atualmente, após a ocorrência da Copa do Mundo, esses centros estão ainda em funcionamento. Se, à época do evento, o objeto da vigilância eram eventuais “ameaças terroristas” (dado o contexto internacional que atravessa a instalação desses dispositivos), no momento atual são os habitantes das cidades brasileiras os sujeitos que passam a ser controlados.

Uma característica específica desses sistemas de vigilância é traduzida pelo conceito operacional de “vigilância distribuída” (Bruno, 2013). Por meio desse conceito, busca-se demonstrar que atualmente esses dispositivos de segurança não estão necessariamente ligados a um sistema central para o qual convergem as informações (modelo Panóptico – Foucault [2002]), mas sim está distribuída, de modo que diversos atores convergem na assunção do papel de “vigilante”.

Interconectada a essas dimensões, existe uma dimensão *jurídica*, relativa a uma série de instrumentos legais que permite e incentiva a disseminação de políticas de vigilância. No caso do Brasil, recentemente foi aprovada a Lei Antiterrorismo (13.260/2016), que segundo a presidenta

(suspensa) Dilma é uma lei especificamente voltada para a segurança das Olimpíadas, mas que terá seus efeitos aplicados mesmo posteriormente aos jogos olímpicos. Além disso, no Brasil não existe regulamentação de proteção a dados pessoais, de modo que a privacidade não é, de fato, elevada à condição de direito. Além disso, está em andamento na Câmara dos Deputados a CPI dos Crimes Cibernéticos,<sup>5</sup> que estabelece uma série de restrições ao uso da *Internet*, em oposição aos princípios estabelecidos no Marco Civil da *Internet*.

A seguir, é possível identificar uma dimensão *discursiva*. Esse elemento é central, pois ele está ligado à construção de um aparato discurso que justifica e legitima a necessidade de implementação de sistemas de vigilância. Nesse âmbito, é fundamental a oposição entre a o “medo da cidade” e a “eficiência da tecnologia”. Em outros termos, constroi-se, por um lado, a ideia de que a cidade é um território a ser temido, um espaço perigoso, no qual o “risco” e a “insegurança” são preponderantes (Souza, 2008). Por outro lado, apesar de não haver nenhum estudo que comprove a eficácia do uso de novas tecnologias para a diminuição de índices de criminalidade, a tecnologia é vista, segundo a literatura, como um meio eficaz de resolução dos conflitos no espaço urbano (Byrne & Marx, 2011). Além disso, a palavra “segurança” é utilizada discursivamente como um “significante vazio”, que também se autolegitima. “Em nome da segurança” tudo é feito, sem que se questionem as consequências potencialmente perversas da expansão do controle (Agamben, 2014).

Por fim, uma dimensão relevante para o entendimento do fenômeno da vigilância é o aspecto *espacial*. É necessário, nesse sentido, refletir até que ponto a políticas de vigilância reconfiguram o espaço urbano, atuando nas fronteiras de delimitação entre o público e o privado. Há uma série de estudos que se vincula a uma perspectiva urbanista, na reflexão sobre as consequências da vigilância, ou seja, sobre os modos como os dispositivos tecnológicos de vigilância atuam diante dos espaços das cidades no Século XXI (Graham, 2011; Lippert y Wood, 2012).

## **Implementação dos CICC's: entre a demanda por segurança e a gestão do espaço urbano**

A partir de entrevistas e observações realizadas no CICC da cidade de Canoas/RS, podem ser apontados alguns resultados parciais da presente pesquisa. Primeiramente, todas as falas dos entrevistados convergem para a centralidade da demanda pela implementação tecnologias para gestão da segurança no espaço urbano. O atual Secretário de Segurança Pública de Canoas, quando perguntado sobre as demandas por segurança na cidade, afirma: “eu tinha muita gente pedindo câmera. Todo mundo pedindo câmera. [...] Todo mundo quer câmera”.

A demanda por dispositivos de tecnologia evidencia a relevância da dimensão discursiva para implementação dos CICC's. Como já afirmado, às câmeras de vigilância está atrelado o discurso da eficácia (Byrne & Marx, 2011). Em um contexto no qual o espaço urbano é reconhecido como *locus* do medo (Souza, 2008), as alternativas que são operadas com base na vigilância desse

espaço são legitimadas socialmente. Ainda assim, o próprio Secretário de Segurança Pública da cidade afirma: “Eu não conheço nenhuma evidência, nenhuma pesquisa que tenha demonstrado a relação entre câmeras e redução de criminalidade”. A dissonância entre a demanda por tecnologias de vigilância como política de segurança pública (com a ausência de debates sobre as implicações de tais dispositivos sobre a esfera da privacidade) e a não comprovação da eficácia das câmeras na redução da criminalidade consiste em um ponto central, a ser investigado de forma aprofundada.

Como consequência da demanda por tecnologia, verifica-se, no CICC de Canoas, a proliferação de uma série de aparatos tecnológicos: 180 câmeras, espalhadas pela cidade e operadas por policiais militares aposentados; dispositivos de detecção facial; aparelhos de leitura de placas de carro; detectores de tiros; alarme em prédios públicos; *Whatsapp* comunitário; alarme comunitário. Assim, verifica-se uma amplificação de dispositivos, os quais não se restringem a câmeras de vigilância, multiplicando-se a quantidade e o formato de dados armazenados no CICC.

Ademais, a operacionalização do CICC de Canoas não se restringe à área da segurança pública. Além do controle sobre a criminalidade, o CICC buscar operacionalizar a detecção de prevenção de catástrofes ambientais, regular o tráfego terrestre na cidade, fiscalizar serviços públicos (serviços de iluminação, por exemplo), entre outros. Segundo o analista do CICC, diversos órgãos convergem na operacionalização do centro de controle. Portanto, apesar de a demanda por segurança ser o elemento central que justifica a implementação do CICC, a gestão operacionalizada pelo centro transcende a área da segurança e se constitui como mecanismo biopolítico (Foucault, 1999), abrangendo uma ampla gama de aspectos do espaço urbano. As consequências da irradiação de dispositivos tecnológicos sob controle do Estado, na gestão dos espaços urbanos, constitui tema a ser explorado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusivamente, podem ser apontados alguns desafios para a continuidade da presente pesquisa. Uma questão a ser enfrentada não apenas no contexto brasileiro, mas também nos estudos internacionais sobre vigilância, é o desenvolvimento de abordagens e técnicas que confirmam rigor metodológico. Diversos estudos sobre vigilância consistem em especulações teóricas, as quais, apesar de sua indiscutível importância, não realizam um cotejamento entre o abstrato e o empírico (Walby, 2005).

Para tanto, é necessário, a um só tempo, o investimento em pesquisas empíricas, a utilização de mecanismos que confirmam rigor metodológico e verificabilidade aos resultados encontrados (Spink e Lima, 2013) e a assunção de posturas criativas, que primem pela imaginação e pela inventividade. Quanto a este último ponto, exatamente por serem os estudos em vigilância uma área de recente desenvolvimento, há um espaço aberto para que sejam criadas novas formas de coleta e de análise de dados. Em outros termos: não há um manual sobre como estudar vigilância ou um método único a ser utilizado. Diferentes abordagens e técnicas estão sendo

testadas (é o caso, por exemplo, da etnografia institucional no estudo de salas de videomonitoramento – Walby, 2005), e há construções ainda a serem propostas.

Ademais, há poucos estudos que tratam da vigilância de acordo com as especificidades do espaço urbano brasileiro. Nesse ponto, destacam-se os estudos de Bruno (2013) e Kanashiro (2008) pela percepção da relevância que as condições nacionais de produção da vigilância possuem. Mesmo a partir da matriz foucaultiana que domina a área, é inevitável refletir sobre as relações de poder implícitas aos dispositivos de vigilância. No caso do Brasil (e da América Latina, de modo geral) os contextos pós-ditadura (com os resquícios, na atuação policial, de posturas autoritárias), as exclusões socioeconômicas e as desigualdades são elementos centrais, sem os quais não podem ser entendidos os efeitos da vigilância. Em outros termos, as tecnologias de vigilância atuam em contextos caracterizados por assimetrias na distribuição do poder e, no limite, podem servir para a potencialização dessas assimetrias.

Por fim, segundo Lyon (2007), a pesquisa em vigilância é um projeto necessariamente interdisciplinar. Assumir a vigilância como uma área interdisciplinar, para além de uma construção meramente retórica, exige que se leve a sério tal questão. Essa temática pode ser tratada a partir de diversas perspectivas, como a sociologia da violência, o urbanismo, a geografia, a sociologia da ciência e da tecnologia, o direito, a psicologia, as relações internacionais, dentre outras. Assim, é importante que se atente para as diversas dimensões que atuam, em conjunto, na produção da vigilância, assim como se deve evitar a disputa para delimitação da vigilância como objeto de uma área específica (sob o risco de se perder a complexidade da temática).

## NOTAS

\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), aluno de Doutorado e Mestre em Sociologia pela UFRGS, e-mail: eduardo.g.fernandes@gmail.com.

1. Diversas denominações, como “sociedade tecnológica”, “sociedade de informação” e “sociedade de conhecimento”, buscam produzir uma interpretação abrangente sobre o contexto atual das sociedades ocidentais (Knorr-cetina, 1999).
2. A Mídia Ninja é definida, em seu *site*, nos seguintes termos: “Uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando. [...] Nossa pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa.” Disponível em: <https://ninja-oximity.com/partner/ninja/about>; Acesso em: 20/06/2015.
3. Em entrevista, ex-comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul referiu o seguinte: “Nós usamos *software* de identificação. Eu tinha uma viatura, um veículo que a câmera passava, identificava o rosto da pessoa, e essa identificação ia para um banco de dados que dizia “olha, esse aqui é procurado, esse aqui não é delinquente, esse aqui não tem nada, esse aqui tem lesão corporal, esse aqui tem homicídio, esse aqui é traficante”, entende? Então nós tínhamos isso durante a Copa do Mundo”.
4. O *Patriot Act* é um decreto assinado por George W. Bush em 26 de outubro de 2001. O decreto estipula

medidas (como a interceptação telefônica e de e-mails) que o governo norte-americano adotar contra pessoas suspeitas de práticas “terroristas”.

5. Para mais informações sobre a CPI dos Crimes Cibernéticos e sobre a legislação que regula a vigilância no Brasil, é possível acessar o dossiê “Da Cibersegurança à Ciberguerra – o desenvolvimento de políticas de vigilância no Brasil”, do Artigo 19. Fonte: <http://artigo19.org.greenhostpreview.nl/>. Acesso em: 10/07/2016.

## REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2014). *Como a obsessão por segurança muda a democracia*. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1568>.
- Botello, N. A. (2012). Surveillance Studies: An Agenda for Latin America. *Surveillance & Society*, 10(1), 5-17.
- Bruno, F. (2013). *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Byrne, J. & Marx, G. (2011). Technological Innovations in Crime Prevention and Policing. A Review of the Research on Implementation and Impact. *Cahiers Politiestudies*, 3(20), 17-40.
- Cattani, A. D. [org.]. (2014). *#protestos : análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-9176)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2002). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Gaffney, C. (2016). Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil. Em O. A. dos Santos Júnior, C. Gaffney e L. C. de Q. Ribeiro (orgs.). *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles.
- Graham, S. (2011). *Cities Under Siege : The New Military Urbanism*. London: Verso.
- Graham, S. (2015). O bumerangue de Foucault: o novo urbanismo militar. Em B. Kucinski et al. *Bala perdida : a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo.
- Goldsmith, A. (2010). Policing’s New Visibility. *British Journal of Criminology*, 50(5), 914-934.
- Kanashiro, M. (2008). Surveillance Cameras in Brazil: exclusion, mobility regulation, and the new meanings of security, *Surveillance & Society*, 5(3), 270-289.
- Knorr-cetina, K. (1999). A comunicação na ciência. First publ. Em: F. Gil (ed.). *A Ciência tal qual se faz*. (pp. 375-393). Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Kopittke, A. (2015). *Segurança pública e democracia no Brasil: uma história de desencontros*. (Tese). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Lima, V. A. de. (2013). Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. Em E. Maricato et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

- Lippert, R. K. & Wood, D. M. (2012). The New Urban Surveillance: Technology, Mobility, and Diversity in 21<sup>st</sup> Century Cities. *Surveillance & Society*, 9(3), 257-262.
- Lyon, D. (2007). *Surveillance Studies: an Overview*. Cambridge: Polity Press.
- Manning, P. (2008). A view of surveillance. Em S. Leman-Langois *Technocrime: Technology, crime and social control*. Cullompton: Willan.
- Maricato, E. et al. (2013). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.
- Norris, C. & Armstrong, G. (1999). *The Maximum Surveillance Society : The Rise of CCTV*. Oxford: Berg.
- Pinheiro, P. S.; Izumino, E. A. e Fernandes, M. C. J. (1991). Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (1981-1989), *Revista USP*, (9), 95-112.
- Rule, J. B. (1973). *Private Lives, Public Surveillance: Social Control in the Information Age*. London: Allen Lane.
- Silva, M. K. (2014). #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória? Em: A. D. Cattani (org.) *#protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Revista Novos Estudos*, ed. 97.
- Spink, M. J. e Lima, H. (1999). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. Em M. J. Spink (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano; aproximações teóricas e metodológicas*. (pp. 93-122). São Paulo: Cortez.
- Souza, M. L. de. (2008). *Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Tavares dos santos, J. V. e Teixeira, A. N. (2014). Atores sociais jovens nos protestos de 2013. Em A. D. Cattani (org.) *# protestos: análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Wacquant, L. (2003). Toward a Dictatorship of the Poor? Notes on the Penalization of Poverty in Brazil, *Punishment & Society*, 5(2), 197-205.
- Walby, K. T. (2005). Institutional Ethnography and Surveillance Studies: An Outline For Inquiry. *Surveillance & Society*, 3(2/3), 158-172.
- Wood, D. M. (2009). Situating Surveillance Studies. *Surveillance & Society*, 19, 52-61.
- Žižek, S. (2013). Problemas no Paraíso. Em: E. Maricato et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.